

A RESIDÊNCIA COMO DISPOSITIVO POLÍTICO: ATIVAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL E DEMOCRACIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) EM UM TERRITÓRIO VULNERÁVEL

Educação em Saúde; Políticas de Controle Social; Política organizacional

Introdução

As residências em saúde constituem estratégias fundamentais do Estado para a formação de profissionais sob a égide do Sistema Único de Saúde (SUS). Mais do que uma especialização técnica, a residência atua como um espaço micropolítico de disputas institucionais e fortalecimento democrático. Inseridos em cenários vivos, os residentes deparam-se com determinantes sociais que exigem ir além da assistência clínica, tencionando processos de governança local e fomento à participação popular. O objetivo deste trabalho é analisar a experiência de residentes de um programa multiprofissional na facilitação de processos de participação social e reativação do controle social em uma comunidade periférica.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência analítico, de abordagem qualitativa, fundamentado nos conceitos de Educação Popular em Saúde e na micropolítica do trabalho vivo em ato. A intervenção ocorreu durante o estágio de territorialização de residentes multiprofissionais. Diante da baixa representatividade da comunidade nos espaços formais de deliberação, os residentes utilizaram ferramentas participativas: círculos de cultura, assembleias comunitárias simuladas e oficinas de formação política sobre direitos à saúde e o papel dos conselhos.

Resultados / Discussão

As atividades mobilizaram lideranças comunitárias e usuários locais. Identificou-se que o distanciamento do controle social decorria do desconhecimento dos fluxos de gestão e de barreiras institucionais de comunicação. As oficinas conduzidas pelos residentes funcionaram como ferramentas de justiça social, instrumentalizando a comunidade para tensionar a governança local e exigir equidade. Como resultado empírico direto, pactuou-se a eleição de dois novos representantes comunitários para o Conselho Local de Saúde, além da formulação de uma carta de reivindicações coletivas direcionada à gestão municipal, com foco nas demandas de saneamento e segurança do território.

Considerações Finais

A vivência demonstrou que a dimensão política da residência é indissociável da sua dimensão técnica e pedagógica. O papel do residente na Atenção Primária ultrapassa o manejo de agravos, consolidando-se na ativação da cidadania e na defesa da democracia no SUS. Conclui-se que o programa de residência operou como um potente indutor de políticas públicas de participação, reduzindo assimetrias de poder e fortalecendo o controle social na ponta do sistema assistencial.

Referência Bibliográfica

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Saúde. Portaria Interministerial MEC/MS nº 4, de 1º de abril de 2026. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde e o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação dos Programas de Residência em Área Profissional de Saúde. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 6 abr. 2026 / BORGES, Flávio S. et al. Atores sociais e estratégias locais: a implementação da Política de Residência em Área Profissional da Saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 35, e350224, 2025.